



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 29 de Abril de 2026

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito boa tarde a todos e a todas. Na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 3ª Audiência Pública do ano de 2026.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online e também pelo YouTube, no canal da Rede Câmara SP; e pelo Facebook, da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência pública vem sendo publicada desde o dia 27 de abril, no *Diário Oficial da Cidade*; no dia 25 de abril, no jornal *O Estado de S. Paulo*, e no dia 27 de abril, no jornal *Folha de S. Paulo*.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *síte* da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br-audienciasvirtual e também podem ser feitas, neste momento, junto à Secretaria. Declaro abertas as inscrições para os projetos na pauta da audiência pública.

Foram convidados para esta audiência, a Sra. Elisabete França, Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento, representada pelo Sr. Fernando Henrique Gasperini, Coordenador de Planejamento Urbano; e os Srs. Wanderley de Abreu Soares Junior, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Luiz Carlos Zamarco, Secretário Municipal da Saúde; Analy Xavier, Coordenadora de Saúde e Proteção ao Animal Doméstico - Cosap; Luis Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda, representado pelo Sr. Marcelo Tannuri de Oliveira, Auditor Fiscal. Obrigado pela presença.

Também foram convidados os Srs. José Renato Nalini, Secretário Executivo de Mudanças Climáticas, representado pela Sra. Luciana Feldman, que está de forma virtual; Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Capital, do Ministério Público do Estado de São Paulo – que não enviou representante.

Convidados também os Srs. Dr. Paulo Sérgio Oliveira e Costa, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Roberto Luís de Oliveira Pimentel, Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo, do Ministério Público do Estado de São Paulo;

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21751 DATA: 29/04/2026 FL: 2 DE 21

fls. 3

Dra. Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho, Defensora Pública – que não enviaram representantes.

Passemos à pauta. Informo que foram retirados da pauta o item nº 7, PL 373/2025; e o item nº 8, PL 405/2025, por terem passado na Comissão de Finanças e Orçamento nesta manhã.

Passemos à ordem do dia.

Quero registrar a presença da Vereadora Marina Bragante, da Rede, do Vereador Isac Félix e do Vereador Dheison Silva. E continuo anunciando no decorrer desta audiência pública.

Passemos ao primeiro item da pauta, PL 469/2021, dos Vereadores Rubinho Nunes e Marcelo Messias. “Dispõe sobre o desconto do IPTU dos imóveis que tenham sistema de captação de água da chuva para sua reutilização e dá outras providências”.

Há inscritos. Com a palavra o Sr. Marcelo Tannuri, pela Secretaria de Finanças.

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, boa tarde. Marcelo Tannuri, representando a Secretaria da Fazenda.

Esse é um projeto bastante meritório, daqueles que precisamos tomar bastante cuidado para falar deles. Mas ele tem algumas questões que precisam ser observadas no âmbito técnico. A primeira questão é que se trata de um favor fiscal que está divorciado daquilo que chamamos de fato gerador de imposto. O IPTU é um imposto cujo fato gerador é a propriedade ou a posse, com *animus domini* do imóvel, e se propõe um benefício fiscal com base em algo que não é realmente a propriedade, que não está ligado realmente à questão da propriedade.

E o segundo ponto é que os projetos de lei que concedem favor tributário precisam ser calculáveis. Uma Lei Tributária precisa sempre sair daqui de modo que a leitura simples da lei faça com que o leitor entenda quanto vai pagar, sem atribuir essa competência para o Executivo.

Esses são as duas principais questões desse projeto de lei. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Quero também registrar a presença do Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21751 DATA: 29/04/2026 FL: 3 DE 21

fls. 4

Eliseu Gabriel. Muito obrigado pela presença.

Não havendo mais inscritos, dou por realizada a audiência pública do PL 469/2021.

Passemos ao item nº 2 da pauta, PL 433/2023, da Vereadora Luna Zarattini. “Dispõe sobre a disponibilização de serviços veterinários nos CTAs que contam com canis, para atendimento de animais de companhia da população em situação de rua”.

Indago a assessoria se há inscritos. Não há inscritos para o item nº 2. Dou por realizada a audiência pública do PL 433/2023.

Vou solicitar à Vereadora Marina Bragante que me auxilie. A senhora canta um e eu canto outro.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Quer que eu leia o item nº 3?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Sim, senhora. Por favor.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Passemos ao item nº 3 da pauta, PL 486/2023, da Vereadora Dra. Sandra Tadeu, do PL. “Acrescenta artigo à Lei nº 16.277, de 5 de outubro de 2015, para prever a implementação de telhados verdes em pontos de ônibus estratégicos, a fim de ampliar a área sustentável no Município de São Paulo e dá outras providências”.

Nossa, bem esse para eu ler.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Não temos inscritos. Dou por realizada a audiência pública do PL 486/2023.

Passemos ao próximo item, por favor.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Item nº 4, PL 259/2025, do Vereador Sansão Pereira, do Republicanos. “Cria o Selo Municipal Sustentável para Condomínios Residenciais que adotam práticas sustentáveis no âmbito do município de São Paulo”.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Está inscrito o representante da Secretaria da Fazenda, Sr. Marcelo Tannuri.

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, a crítica que se faz a esse projeto de lei é a mesma anterior: é um projeto de lei com critério divorciado do fato gerador do imposto e, novamente, temos um aspecto quantitativo do imposto que não está

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21751 DATA: 29/04/2026 FL: 4 DE 21

fls. 5

completamente previsto no projeto de lei.

Claro, são projetos de lei que têm a tendência de diminuir ainda mais a receita tributária do município, que já está combalida com a crise atual. Então, olhamos com muito cuidado qualquer projeto de lei que tenda a diminuir a arrecadação municipal. Mas também observamos essas duas questões de constitucionalidade.

Para quem tiver curiosidade, dá uma olhada no art. 97, do CTN, que vai ver que a Lei Tributária tem de estabelecer todo o aspecto quantitativo de qualquer tributo. Está certo?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado.

Não há mais oradores inscritos. Dou por realizada a audiência pública do PL 259/2025.

Passemos ao próximo item.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Item nº 5, PL 273/2025, da Vereadora Zoe Martínez, do PL. “Altera a Lei Municipal nº 11.359, de 17 de maio de 1993, que proíbe a realização de rodeios, touradas ou eventos similares, e dá outras providências”.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Não há oradores inscritos. Dou por realizada audiência pública do PL 273/25.

Passemos ao próximo item.

A SRA. MARINA BRAGANTE – PL 311/2025, Vereadora Simone Ganem. “Proíbe o uso de violência física e psicológica no adestramento de animais domésticos”.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Não há oradores inscritos. Dou por realizada audiência pública do PL 311/25.

Passemos ao próximo item.

A SRA. MARINA BRAGANTE – PL 406/2025, do Vereador Professor Toninho Vespoli. “Dispõe sobre a promoção de política alimentar sustentável e a redução do impacto ambiental e proteção de espécies no município de São Paulo e dá outras providências”.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Não oradores há inscritos. Dou por realizada

audiência pública do PL 406/25.

Próximo item.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Item nº10, PL 520/2025, do Vereador Eliseu Gabriel.

“Autoriza a criação do parque Bosque dos Salesianos na Subprefeitura da Lapa e dá outras providências”.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Só indago à Mesa, pelo que eu tenho conhecimento, existe uma inscrição *on-line* e mais algumas inscrições de forma presencial. Vereador Eliseu vai se manifestar? (Pausa) O senhor quer ouvir primeiro os inscritos? (Pausa) Vou passar para o proponente do projeto, Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. ELISEU GABRIEL - Esse projeto de lei, inclusive, eu queria dizer que a Vereadora Marina Bragante é coautora, não é isso? Ela está junto com a gente. Quero dizer que vocês podem ter visto aqui, eu não falei nada, eles vieram por organização própria. A gente vê que é uma demanda que existe mesmo, é forte, sincera e necessária na região onde está o Bosque dos Salesianos. O que fizeram ali foi um crime, por enquanto, e espero que não perpetrem o resto do crime que querem fazer. É o cúmulo dos cúmulos o que fizeram, derrubaram árvores centenárias num lugar que, inclusive, é mesmo chamado de bosque, vejam só que absurdo. E tem um problema, se acabarem, lá tem uma área permeável muito importante que segura a água, que vai lá para baixo, para a Lapa. Se você destrói aquilo, e lá é um piscinão natural, praticamente, quer dizer, o que vai acontecer é que vai inundar lá embaixo, quer dizer, é uma burrice o que lá está sendo feito. Eu não quero falar muito, eu acho legal que as pessoas falem, e falem com bastante propriedade. Está bom?

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Muito obrigado, Vereador Eliseu Gabriel. Nós temos uma ordem de inscrição, vão ser três minutos para cada inscrito. Gostaria que respeitassem o tempo, vai ter um cronômetro e, ao completar os três minutos, vou passar ao próximo orador. A primeira escrita é a Sra. Isabela; segunda, Sr. André; terceira, Sra. Paula. Então, se puderem se posicionar, aí já ganhamos tempo para falar do PL. Todos são do

Movimento Salve o Bosque.

A SRA. ISABELA BISCONCINI - Boa tarde a todos. Nós somos do Movimento Salve o Bosque, que começou inicialmente pelos moradores do Distrito da Lapa, e isso é importante dizer, porque a gente vem trabalhando para impedir essa tragédia há um ano e três meses antes da derrubada. Com isso a gente fez diferentes ações: a gente escreveu ao papa; há um processo correndo no Ministério Público que atualmente está na 2ª instância; a gente tem um laudo do urbanista Ivan Maglio defendendo essa área. Consta do processo do Ministério Público parecer favorável do CAEx, a gente também tem um pedido de tombamento da área no Conpresp. Inclusive, no pedido do Ministério Público, do ano passado, foi dada iniciativa de reunião, de uma audiência no Condephaat. A gente também tem justamente o projeto de lei do Eliseu Gabriel anterior à derrubada do bosque.

Tudo isso para dizer: é uma área de 17.000 m², das quais 10.000 m² foram vendidos. Mas essa área consta como de proteção em um decreto, um decreto estadual de 1989, do Governo Quéricia. Com base nesse decreto, essa área deveria ter sido respeitada.

Então, atualmente, a população luta para que essa área possa ser transformada, como disse o Vereador Eliseu Gabriel, para que a gente possa reverter essa tragédia, que foi a derrubada das árvores. Depois da derrubada das árvores... Ah, faltou eu falar uma coisa importante: quando começou esse movimento, a gente teve um primeiro abaixo-assinado pela preservação do bosque, que teve 26.553 assinaturas. Em seguida, quando a gente pediu o tombamento, que foi em janeiro de 2025, a gente lançou outro abaixo-assinado, e esse outro teve 5.730 assinaturas. Depois da derrubada do bosque, mudamos o nosso pedido, a gente entrou com mais força com o PL do Vereador Eliseu para transformar aquela área devastada em parque. E aí a gente lança outro abaixo-assinado, e esse já tem 25.033 assinaturas. No total, a gente tem por volta de 56.000 assinaturas para a transformação daquela área com a criação do parque.

Depois da derrubada, era o que eu estava falando, houve um acesso muito grande na nossa página do Instagram. Com isso, naquele mês em que ocorreu a derrubada das árvores,

a gente teve um número direto de visualizações de 2,5 milhões, de visualizações diretas; indiretas, a gente pode, fazendo uma conta conservadora...

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Para concluir, por favor.

A SRA. ISABELA BISCONCINI - ...os nossos assessores de mídia disseram que deu por volta de 6 milhões de visualizações. Entre essas visualizações, a gente tem um vídeo do Raí, que será passado.

Eu imagino que tenha acabado o meu tempo, eu agradeço à atenção de vocês. E a população está aqui, toda, para dizer que esse parque é importante para nós.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado.

Sr. André, por favor. Só para ajudar, o cronometro vai ser colocado ali também, só para melhor orientar vocês.

O SR. ANDRÉ CHAVES DE MELO - Boa tarde a todos. Obrigado, Vereador, vou tentar fazer um *lead* sumário, como a gente fala no jornalismo. Então, agradeço à Isabela, aos demais membros do movimento que estão presentes, aos Vereadores, ao Dr. Eliseu Gabriel, por ter proposto esse PL, que é de vital importância para a cidade de São Paulo.

Como o próprio Vereador já mencionou, a importância ambiental daquela área, inclusive, é do ponto de vista da captação de água de chuva. Como todo mundo sabe, o Distrito da Lapa é um dos problemas crônicos, históricos de área que sofre com inundações. Então, tudo isso já foi colocado, a Isabela também colocou de maneira brilhante, mas eu gostaria apenas de mencionar que, dentro desse processo todo, nós tivemos diversos abaixo-assinados. Temos mais de 6 milhões de visualizações, leituras das nossas mídias, mas também temos quase 60 mil apoiadores nos vários diversos abaixo-assinados, são 55, alguma coisa assim, 56 mil, algo em torno disso.

Portanto, é um projeto que tem um apelo popular, tem um desejo da comunidade e tem uma importância, inclusive, do ponto de vista da fauna daquela região, que se conecta com outras áreas da cidade de São Paulo, com a zona Oeste, e depois, em especial, com um corredor

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21751 DATA: 29/04/2026 FL: 8 DE 21

fls. 9

ecológico, sendo que, hoje, certamente passou por um sofrimento, vamos dizer assim, por ter uma parte de suas árvores ido ao chão. Mas, de qualquer maneira, ainda dá para salvar a vida, recuperar a vida desse espaço com sua transformação em um parque.

Também saúdo o Dr. Sansão, que nos deixou, passou aqui brevemente, que também já se voluntariou para ser coautor do projeto do Dr. Eliseu, e que também nos deu um dado interessante, porque um dos desejos da gente, no futuro uso, além da preservação ambiental, é dar um sentido educativo à área. Uma parte da área ainda tem a sede de um dos colégios dos salesianos, um colégio dos anos 20, que tem uma torre de observação astronômica, que até em um dos diversos documentos expostos na audiência no Condephaat se evidenciou que esse lugar foi, durante quase duas décadas, um dos principais, se não me engano, o principal ponto, talvez - a gente precisa consultar a documentação - de observação astronômica da cidade de São Paulo, dada altura do local.

Então só esse dado já é um dado fundamental do ponto de vista da preservação histórica desse espaço, sem contar todas as funções ambientais que já foram ditas nesta audiência por outras pessoas.

Portanto, eu apelo aos vereadores, aos ilustríssimos vereadores que deixem o projeto ir para o plenário; deixem os demais vereadores colegas decidirem se eles vão realmente contribuir com a população ou se, eventualmente, o destino vai ser outro. Mas de qualquer maneira, por favor, avancem com o projeto, deixem ele chegar ao plenário, nada mais do que o exercício democrático do direito democrático de existir nessa cidade tão judiada, cada vez mais sufocada pela poluição e pelos excessos, todos os outros excessos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, Sr. André.

Próxima inscrita, Sra. Paula.

A SRA. PAULA BISCONCINI - Boa tarde a todos. Eu faço parte do movimento de São Paulo e estou representando também como o povo e apoio o PL 520/25. Quero que todos prestem atenção também no que aconteceu com os animais ali e sejam sensíveis à causa e a

REUNIÃO: 21751 DATA: 29/04/2026 FL: 9 DE 21

favor do Parque, para que isso tudo possa ser restabelecido. Sem mais, quero a presença e o favorecimento de todos.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado, Sra. Paula.

Próximos, Sra. Deborah Souza, Sra. Terena e Sr. João Paulo.

A SRA. DEBORAH DE PAULA - Boa tarde a todas e todos. Eu sou representante também do Movimento Salve o Bosque. Vou tentar ser breve, mas eu queria dizer uma coisa que é uma música do Caetano Veloso que todo mundo conhece, que diz que um dia um índio desceria para defender o óbvio. Nós estamos aqui para defender o óbvio. Indígenas, hoje, somos nós. O que eu considero óbvio? Gente, não pode mais desmatar São Paulo.

Quando o Movimento começou, em 2024, São Paulo registrou duas ou três vezes o pior índice climático, de qualidade do ar. Então é uma questão de respirar na cidade, de viver na cidade. Quem mora perto, na redondeza do bosque, está convivendo com macaquinhos, saruês que estão perdidos, sendo atropelados. Então, além da derrubada das árvores, que é crime ambiental, como Vereador Eliseu falou, ninguém teve nenhum cuidado com a fauna, porque um bosque tem outras vidas além das árvores. Então o projeto que envolve a criação do Parque é fundamental e é para reparar um crime ambiental, porque boa parte do bosque foi derrubada.

Mas a população, conforme os outros que já falaram aqui, e o número é grande, manifesta a sua vontade de ter árvore em pé, ar respirável, que a questão das árvores hoje é de manejo de clima. A gente está vivendo num momento em que não dá mais para derrubar árvore e a cidade de São Paulo é prova disso.

Então, um apelo, um agradecimento por a gente ter esse espaço para se manifestar, mas também um apelo para que os vereadores escutem a população.

Nós já tivemos uma vez um movimento em que fomos pedir, num evento em que estava o Prefeito Ricardo Nunes, e isso saiu nos jornais, ele chamou boa parte das pessoas de babacas. Gente, babaca é quem corta árvore em São Paulo. Babaca é quem não cuida do ar. A população precisa ser tratada com respeito, precisa respirar. E a população não são só pessoas,

REUNIÃO: 21751 DATA: 29/04/2026 FL: 10 DE 21

a população inclui árvores e animais. É preciso ser respeitada. É em torno da vida que a gente está lutando.

Obrigada por vocês estarem aqui hoje. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Próxima, Sra. Terena.

A SRA. TERENA BALCERS - Boa tarde. Meu nome é Terena, um nome indígena.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Desculpa, Sra. Terena.

A SRA. TERESA BALCERS - Estou aqui também como pessoa participante do grupo Salve o Bosque, e gostaria que vocês olhassem com carinho para o Projeto de Lei 520/2025, para que seja aprovado.

Sou moradora da cidade de São Paulo, como vocês todos. Então veja o que está acontecendo. Como a Deborah falou, reforço, nós precisamos de área verde em São Paulo. Não só nós, como os seres vivos, árvores, bichos. Então, por favor, apoiem esse projeto de lei.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado.

Sr. João Paulo.

O SR. JOÃO PAULO SABOIOA FIUZA - Bom dia a todos. Primeiro gostaria de parabenizar quem está por aqui, que acho importante uma audiência pública para trocar ideia, conversar e tudo mais; agradecer ao Professor Eliseu e à Marina pela colocação desse projeto; e dizer que, como o Prof. Eliseu, eu também sou professor e fui professor da Marina. É muito bacana isso.

A SRA. MARINA BRAGANTE – No ensino fundamental, gente. Eu era uma criança. Olha como ele está conservado. (Risos)

O SR. JOÃO PAULO SABOIOA FIUZA – Ela tinha a metade do tamanho que ela tem hoje, da altura.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – O senhor ensinou bem, viu?

O SR. JOÃO PAULO SABOIOA FIUZA - E falando de educação, falando de aula, eu sou professor, dei aula numa escola que era do lado do bosque. Essa escola, a Up School,

na época era ali onde está agora um tenebroso estande, pseudoestande de vendas. E ela tinha um acordo com os salesianos e eu dava aula naquele bosque, eu levava a criançada. Dou aula de educação física. A gente levava a criançada para brincar no bosque, brincar de esconde-esconde no meio das árvores, no meio das plantas, pega-pega, futebol, queimada etc.

É um espaço que já está falecido do jeito que a gente conhecia, mas a gente pode reverter isso, tentar regenerar de alguma forma. Não vai nunca voltar exatamente ao que era, porque eram árvores centenárias. Para quem não conhece, tinha árvores de 40m, 50m de altura, árvores nativas e tudo. Então é fundamental que a gente consiga transformar em parque. É fundamental porque ele não mexe só no entorno próximo da região, ele impacta a parte toda para baixo, do lado da Lapa e também para o outro lado, o lado de Pinheiros, do Alto de Pinheiros. Ele está lá em cima, na crista, e aí para um lado e para o outro das vertentes todas, de riachos e rios subterrâneos e tudo mais.

Outra coisa que é fundamental: ele impacta e não é, talvez, a maior parte da população que está ali no entorno. É impactada, é claro que é, mas ele impacta em grande parte, assim como quase todas as situações, a população mais carente das periferias. Por quê? Porque a água vai inundar para lá, o clima vai ser mais difícil ainda sempre na periferia, que tem muito menos árvores.

Então é fundamental a gente ter um parque ali que sirva não só com tudo o que ele vai servir para coisa física mesmo, mas também como um exemplo, acho que para a cidade, de uma luta e de uma percepção de mudança de verdade de enfoque de o que é desenvolvimento. Desenvolvimento não é detonar tudo, destruir e construir prédio, asfaltar os lugares. Isso não é desenvolvimento. Sinto muito, para quem acredita. Isso aí é a debacle da humanidade e debacle da natureza, então é fundamental a gente mudar um pouco esse enfoque e essa percepção. E a gente tem chance disso, vocês têm chance disso, está bom?

Valeu, gente. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, professor.

Próxima inscrita, Sra. Eleni Jurubatuba Mirim.

A SRA. ELENI ROCHA - Boa tarde, gente.

Estou nessa luta para ter um parque lá onde era o bosque, porque a luta na cidade de São Paulo é para ter muito mais parques e muito mais árvores. Nós estamos vivendo uma emergência climática. É calor extremo, é onda de calor, é chuvarada que inunda a cidade inteira, enchente para todo o lado, inclusive e principalmente nas áreas mais periféricas e onde tem as moradias mais precárias. Então nós precisamos conservar as áreas verdes e criar novas áreas verdes aqui na cidade. Então essa luta é absolutamente necessária e esse PL precisa ser aprovado pela Casa, porque é mais uma área verde que a gente vai conseguir conquistar para a melhoria da qualidade de vida.

Aquela região é muito importante porque ela está no Espigão do Caaguaçu. Esse Espigão é onde tem as nascentes aqui na região central da cidade. E essas nascentes é que abastecem os lençóis freáticos, vários corpos d'água, vários riachos, vários rios, e também seguem para os principais rios da cidade, que, aqui nessa região, são o Rio Tietê e o Rio Pinheiros. Essas duas bacias são importantes para que a gente tenha água para beber.

Do jeito que a cidade está sendo devastada na sua natureza, rapidamente vai chegar um momento em que nós não teremos mais água para beber, porque o lençol freático já está sendo afetado com o solo completamente permeabilizado, como nós estamos vendo por aí. Permeabilizado por asfalto, permeabilizado por calçadas, permeabilizado pelo excesso de prédios sendo construídos.

E os licenciamentos de prédios, infelizmente, são feitos individualmente, nunca pegam uma região. Então, quando você vê, tem uma região enorme cheia de prédios já sem nenhuma permeabilidade no solo e que podem dar problemas mais para frente.

Então, eu acho que a que a gente tem essa luta por bosques, por água, por animais, pela natureza, e é uma luta que a gente tem que estar muito firme porque o mercado de construção está voraz. A amiga ali falou certinho, está muito voraz. E nós precisamos ter a capacidade de nos organizar e lutar por mais áreas verdes na cidade. É fundamental isso.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado.

Tem um inscrito de forma *on-line*, Sr. Caio, e tem uma última inscrita, que é a Sra. Suzana, que abriu mão da fala para exibição de um vídeo, não é isso?

Não? Essa informação veio da assessoria, por isso eu falei.

Pode falar, Sra. Suzana, três minutos. Desculpa.

A SRA. SUZANA GUINZBURG SALDANHA – Oi, boa tarde.

Queria agradecer o professor Eliseu Gabriel, o gabinete e a Marina, que estão sempre do lado da população e das áreas verdes.

Eu estou aqui representando também o Movimento Bosque Dumont Villares, que se encontra numa situação muito similar. Esse é mais um dos bosques que estão protegidos pelo Decreto Estadual 30.443/89, que foi um levantamento muito bom feito em 1989 das áreas verdes que deveriam estar imunes ao corte até hoje.

Agora, veja bem, se em 1989 a gente precisava de áreas verdes em São Paulo, o que dizer de 2026? Numa época de emergência climática e uma epidemia de impermeabilização nessa cidade que a torna extremamente perigosa para qualquer um. Não tem mais ninguém salvo nas épocas de chuva nessa cidade. A qualquer momento pode acontecer uma enchente em qualquer lugar e você não sabe onde você vai estar e ser levado por ela.

Então, o que acontece? A gente tem esse decreto que depois outros decretos estaduais e municipais vieram que passaram o licenciamento das áreas verdes, descrito nesse decreto de 1989, para a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

E o que a gente tem visto em todas essas áreas descritas no Decreto 30.443? Que muitas regras que estão estabelecidas em decretos posteriores não foram respeitadas para emitir o Termo de Compensação Ambiental pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

Então, assim, afora eles estarem com licenciamento duvidável, porque a gente entrou com isso e conseguimos a suspensão do TCA lá no Bosque Dumont Villares, afora isso, todo o sistema de licenciamento na cidade de São Paulo está muito complicado e muito duvidoso. Porque a gente licencia áreas verdes, a gente licencia solo e compensa com indivíduos arbóreos. A gente perde uma imensa área de impermeabilização.

Aqui, no caso, a gente tem um topo de morro que é essencial e lá no Bosque Dumont Villares, que é no Butantã, a gente tem um bosque que está do lado da Avenida Eliseu de Almeida/Pirajussara e que já tem um piscinão exaurido em época de verão. Ele transborda e ali é muito próximo, é uma área essencial também de permeabilização. Fora a própria Avenida Pirajussara que todo ano estoura porque os córregos tamponados não aguentam mais o volume de água. Eles estouram e o asfalto cede.

Então, assim, eu estou aqui com vocês pedindo que esse parque seja implementado e que isso se estenda também para o parque Dumont Villares, porque ali é uma área muito grande, mais de 17 mil m². Esse tipo de licenciamento que está sendo feito está prejudicando absolutamente todo mundo, todas as classes sociais e, principalmente, as áreas menos favorecidas.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado pela contribuição.

Agora vamos à exibição do vídeo do Raí.

- Apresentação de vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado.

Tem 20 segundos só para uma complementação autorizada pela presidência.

O SR. ANDRÉ CHAVES DE MELO – Obrigado, Sr. Presidente.

Só para acrescentar que o projeto do Dr. Sansão é relacionado à criação de uma universidade municipal. E a ideia que ele gostou bastante é que, se criado o parque, a gente aproveite a área já construída de edifícios para abrigar parte dessa universidade, beneficiando todos os jovens e a população da cidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Ótimo.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Posso falar, Presidente? Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Com a palavra a Vereadora Marina Bragante.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Boa tarde a todo mundo que está aqui. Eu fico sempre muito feliz de ver a audiência pública cheia, porque a audiência pública está virando um rito de passagem dos projetos, e não um espaço de escuta da população. De fato, ter um aprofundamento nas complexidades que a cidade tem, porque São Paulo é muito grande, é muito diversa e, portanto, também muito complexa, e poder escutar as pessoas é fundamental, acredito eu, para o nosso trabalho. Então, muito obrigada pela presença.

Quero também agradecer o Eliseu pelo convite para a gente poder ser coautor do projeto.

Antes de antes de tomar posse aqui, eu já tinha começado a me envolver com esse processo e com o Movimento Salve o Bosque, por várias razões.

Uma é porque eu moro lá perto e, portanto, reconheço o bosque como moradora da cidade.

Outra é porque a Deputada Estadual Marina Helou, que é minha parceira de vida e profissional, também está envolvida no processo desde o início. Então, eu já tinha uma identidade, uma identificação com a luta de vocês. E aí foi bem entre ser eleita e tomar posse que a gente fez um abraço, não é? Foi a primeira vez que eu falei, inclusive. Fiquei super tensa.

Mas também, por último, mas não menos relevante, é porque eu reconheço o papel do bosque para a cidade. Eu fui eleita ainda em 2024 com a pauta do meio ambiente e da sustentabilidade como prioridade do meu trabalho e, portanto, eu tenho um compromisso para que possamos discutir a cidade a partir daquilo de que a cidade precisa. A cidade precisa manter as árvores que temos e ampliar muito o número de árvores, para podermos continuar vivendo aqui. Essa é uma contribuição para todos nós, mas também para todo o mundo, porque estamos vivendo um desafio global que não estamos conseguindo superar como sociedade.

A Gisela é a mãe da Martina. Está aqui e eu adorei a sua presença. A Martina é uma amiga minha que trabalha com adaptação a eventos extremos na ONU e eu falei: “Que bom! É exatamente para a Martina não ter muito trabalho que precisamos resolver o trabalho antes.

REUNIÃO: 21751 DATA: 29/04/2026 FL: 16 DE 21

Precisamos cuidar daqui, do território, da cidade.”

O bosque tem uma relevância, como já foi dito por vários de vocês, não só para o entorno dele, ainda que o entorno dele já justificasse, mas também para a cidade inteira. Acho que podemos pensar no que vai acontecer com a Lapa de Baixo, porque já acontece, não é? A Lapa de Baixo já sofre com enchente. Então, estamos reconhecendo um desafio da cidade e piorando o desafio da cidade. Para mim, é muito relevante.

A partir da luta de vocês e também da luta do bosque de Perdizes, eu me reuni com a minha equipe legislativa e com a equipe que cuida da pauta da sustentabilidade para pensar o que está acontecendo na cidade de São Paulo, porque há muita coisa que está acontecendo que é legal, mas é imoral. Não pode mais acontecer, porque é contra a preservação da nossa própria espécie. Então, precisamos conseguir atuar nesses lugares.

Estamos tentando construir, com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, inclusive, uma reavaliação da legislação que trata da arborização da nossa cidade e também dos TCAs, porque, senão, cada vez que matamos, assassinamos uma árvore, e plantamos uma muda desse tamanho, estamos tirando um pouco do que já temos de positivo na cidade e entregando a possibilidade de uma árvore. Para uma árvore vingar, precisamos de muita coisa e não conseguimos entregar essa muita coisa como cidade.

Então, há um desafio que está posto. Eu fico honrada de fazer parte deste projeto. Mais uma vez, Vereador Eliseu Gabriel, muito obrigada. Coloco, de novo, o mandato à disposição para essa e para todas as outras lutas. Encontro vários de vocês com muita frequência. A Sra. Eleni está sempre ali. Sou a favor de que possamos passar esse projeto o mais rápido possível.

Contem comigo. Contem com o PSB. Vou falar assim, agora. É a primeira vez.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado, Vereadora Marina Bragante.

Está realizada a segunda audiência pública do PL 520/2025.

Item nº 11, PL 582/2025, dos Vereadores George Hato, Sansão Pereira e Silvinho Leite. “Institui o programa ‘Encontre seu Pet’ no município de São Paulo, que consiste na criação de uma plataforma digital com geolocalização e alertas em tempo real para localização de

REUNIÃO: 21751 DATA: 29/04/2026 FL: 17 DE 21

animais desaparecidos, e dá outras providências.”

Em discussão. Não há oradores inscritos. Está realizada a segunda audiência do PL 582/2025.

Vereador Eliseu Gabriel, a pauta é extensa e nós não vamos interromper para tirar foto. Eu não tenho tempo para interromper. Se V.Exas. puderem tirar aqui, a Vereadora Marina Bragante pode até descer. Eu toco a pauta, mas temos de seguir o rito, por favor.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Então, eu vou lá, para a foto.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Vá lá.

O próximo é o item nº 12, PL 633/2025, da Vereadora Cris Monteiro. “Institui o Selo Municipal de Sustentabilidade a empreendimentos que implementarem o conceito de desenvolvimento sustentável como pilar crucial para o seu funcionamento e atuação, contribuindo para a redução dos impactos ao meio ambiente.”

Em discussão. Não há oradores inscritos. Está realizada a segunda audiência do PL 633/2025.

Item nº 13, PL 701/2025, do Vereador Major Palumbo e outros. “Autoriza o Poder Executivo a utilizar imagens captadas pelo sistema SmartSampa para aplicação de multas por descarte irregular de resíduos sólidos a partir da identificação da placa do veículo infrator, no âmbito do Município de São Paulo.”

Em discussão. Não há oradores inscritos. Está realizada a segunda audiência do PL 701/2025.

Item nº 14, PL 751/2025, do Vereador Professor Toninho Vespoli. “Autoriza o executivo a retirar materiais contendo amianto (MCA) das escolas públicas municipais, e dá outras providências.”

Em discussão. Não há oradores inscritos. Está realizada a segunda audiência do PL 751/2025.

Item nº 15, PL 756/2025, da Vereadora Dra. Sandra Tadeu. “Altera o Parágrafo Único do Art. 16 da Lei Municipal nº 13.131 de 18 de maio de 2001, que dispõe sobre a

REUNIÃO: 21751 DATA: 29/04/2026 FL: 18 DE 21

responsabilidade do condutor de animal em vias e logradouros públicos, e dá outras providências.”

Em discussão. Não há oradores inscritos. Está realizada a segunda audiência do PL 756/2025.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Eu posso ficar até o item 22. Então, eu lerei os próximos. Aí, eu saio. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Sim, senhora.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Então, o próximo é o item nº 16, PL 798/2025, do Vereador Dr. Murillo Lima. “Institui o Selo ‘Livre de Crueldade’ e dispõe sobre a preferência, pela Administração Pública do Município de São Paulo, na contratação de produtos e serviços certificados como livres de crueldade animal, e dá outras providências.”

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Em discussão. Não há oradores inscritos. Está realizada a segunda audiência do PL 798/2025.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Item nº 17, PL 849/2025, da Vereadora Simone Ganem. “Institui campanha de conscientização sobre a identificação de cães e gatos no âmbito do Município de São Paulo.”

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Em discussão. Não há oradores inscritos. Está realizada a segunda audiência do PL 849/2025.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Item nº 18, PL 907/2025, do Vereador Dr. Murillo Lima. “Dispõe sobre sanções administrativas aplicáveis, no âmbito da cidade de São Paulo, às pessoas que praticarem atos de zoofilia, e dá outras providências.”

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Em discussão. Não há oradores inscritos. Está realizada a segunda audiência do PL 907/2025.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Item nº 19, PL 1042/2025, da Vereadora Janaina Paschoal e do Vereador Silvinho Leite. “Altera a Lei nº 13.131, de 18 de maio de 2001, que disciplina a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos no Município de São Paulo, em especial para elevar as multas aplicadas à condução e guarda irresponsáveis

REUNIÃO: 21751 DATA: 29/04/2026 FL: 19 DE 21

de cães, com destaque para os das raças mastim napolitano, pit bull, rottweiler, american stafforshire terrier, ou seus derivados e variações.”

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Em discussão. Não há oradores inscritos. Está realizada a segunda audiência do PL 1042/2025.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Item nº 20, PL 1067/2025, da Vereadora Sonaira Fernandes. “Dispõe sobre regras de circulação e permanência de cães de raças potencialmente agressivas em espaços públicos e privados de acesso coletivo no Município de São Paulo, e dá outras providências.”

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Em discussão. Não há oradores inscritos. Está realizada a segunda audiência do PL 1067/2025.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Item nº 21, PL 1079/2025, do Vereador Dr. Murillo Lima. “Dispõe sobre a criação do Selo ‘Escola Amiga dos Animais’ no Município de São Paulo e dá outras providências.”

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Em discussão. Não há oradores inscritos. Está realizada a segunda audiência do PL 1079/2025.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Item nº 22, PL 1082/2025, dos Vereadores Dr. Murillo Lima, Ely Teruel, e Professor Toninho Vespoli. “Dispõe sobre a vedação do acorrentamento de cães e gatos no Município de São Paulo, e dá outras providências.”

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Em discussão. Não há oradores inscritos. Está realizada a segunda audiência do PL 1082/2025.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Presidente, vou pedir para me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – O próximo é o item 23, o PL 1390/2025, dos Vereadores Sansão Pereira e Silvinho Leite. “Institui o Programa Bolsa Pet Cidadão no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.”

Em discussão. Não há oradores inscritos. Está realizada a segunda audiência do PL 1390/2025.

Passemos, agora, aos PLs em primeira audiência pública.

Item nº 24, PL 1489/2025, do Vereador Fabio Riva. “Altera a Lei nº 17.734/2022, de 17 de janeiro de 2022. Regulamenta, no âmbito do Município de São Paulo, os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária.”

Em discussão. Não há oradores inscritos. Está realizada a primeira audiência do PL 1489/2025.

Item nº 25, PL 948/2025, do Vereador Gabriel Abreu. “Altera o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo (Lei nº 16.642/2017 e Decreto nº 57.776/2017) para redefinir parâmetros de utilização de jiraus, ampliando a ocupação máxima permitida para 70% da área do compartimento e fixando o pé-direito máximo em 2,40m.”

Em discussão. Não há oradores inscritos. Está realizada a primeira audiência do PL 948/2025.

Item nº 26, PL 763/2025, da Vereadora Ely Teruel. “Altera a Lei nº 18.269, de 09 de junho de 2025, para incluir a proibição da pintura estética em animais no Município de São Paulo.”

Em discussão. Não há oradores inscritos. Está realizada a primeira audiência do PL 763/2025.

Item nº 27, PL 324/2025, do Vereador Gilberto Nascimento. “Obriga o poder Executivo Municipal a enviar notificações de alerta aos munícipes sobre ações da coleta domiciliar seletiva e o cata-bagulho, no âmbito do município de São Paulo, e da outras providências.”

Em discussão. Não há oradores inscritos. Está realizada a primeira audiência do PL 324/2025.

Item nº 28, PL 799/2025, da Vereadora Cris Monteiro. “Dispõe sobre a vedação a manifestações de caráter antissemita no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.”

Em discussão. Não há oradores inscritos. Está realizada a primeira audiência do PL 799/2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 22

REUNIÃO: 21751 DATA: 29/04/2026 FL: 21 DE 21

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública, pela
Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Tenham todos uma boa tarde.